

## O TRATAMENTO DA ARTICULAÇÃO DE ORAÇÕES

Maria Helena de Moura Neves<sup>1</sup>

O tratamento da articulação de orações que venho efetuando inicia-se, necessariamente, pelo cotejo entre o tratamento tradicionalmente concedido a essas construções e a consideração desse tipo de construções dentro da vertente funcionalista da gramática, especialmente a partir do clássico artigo de Matthiessen e Thompson (1988).

Nessa visão, as relações entre as orações não-completivas são vistas como análogas às relações retóricas que constroem o texto. Assim, relações tradicionalmente chamadas de “adverbiais”, como as de causa, condição, tempo e modo permeiam e governam todo o texto, independentemente do nível das unidades (micro ou macro-estruturais) envolvidas (sintagmas, orações, frases, parágrafos, capítulos, etc.), penetrando nas suas subpartes, como reflexo e consequência da organização geral a que estão subordinadas. Não há, pois, biunivocidade para relações estruturais e relações semânticas (aliás, uma das lições funcionalistas básicas).

A velha dicotomia rígida entre coordenação e subordinação foi posta em xeque em todas as investigações que buscavam avaliar enunciados reais da língua, vistos na integração dos diversos componentes envolvidos (sintático, semântico e pragmático). A célebre proposta de Halliday (1985) de cruzamento de um eixo tático (de interdependência) com um eixo semântico-funcional (de relação entre processos) evidenciou a necessidade de uma visão sistêmica, não-tópica, das diferentes possibilidades de relacionamento entre um elemento oracional primário e um secundário. Se, por exemplo, uma coordenação é, no eixo tático, uma *parataxe*, (uma *continuação*) tanto quanto a aposição, entretanto no eixo lógico-semântico é possível distinguir, entre o caráter de *extensão*, que tem a coordenação, e o caráter de *elaboração*, que tem a aposição. Essas duas relações, por outro lado, se distinguem de uma articulação causal, ou de uma articulação condicional, por exemplo, em ambos os eixos: trata-se, agora, no eixo tático, de uma hipotaxe (uma *dominação*), e, no eixo semântico-funcional, de um caso de *realce*, *saliência* ou *encarecimento* (nem *extensão*, nem *elaboração*).

Essa visão sistêmica, como já apontei (Neves, 1997), fica muito distante das tradicionais propostas que sugeriam corrigir visões parciais e laterais apenas mediante a postulação de adendos ou ressalvas *ad-hoc* invocados, como ocorre, por exemplo, na indicação tradicional de determinadas orações como *coordenadas*, gramaticalmente, mas *subordinadas*, lógica ou psicologicamente (caso, por exemplo de “Não vou à festa, não gosto de sair de casa”).

Conferindo 'saliência' (Halliday 1985) às predicções centrais (Dik 1989), os satélites - e, portanto, as orações que a tradição chama *adverbiais* - as qualificam com referência a tempo, modo, causa ou condição, com alto grau de independência organizacional (Thompson 1984). E nesse modo de operar, eles lhes dão, afinal, relevo informativo. Segundo determinada estratégia, o falante configura e dispõe esses satélites de natureza adverbial, preparando molduras (Chafe 1984), criando espaços mentais para o conteúdo das predicções nucleares, como ocorre, por exemplo, em uma frase como: *Quando você tiver a minha idade você vai ver.* (CCI)

A liberdade do falante nesse complexo jogo chega a ponto de se prepararem 'molduras' que ficam vazias, criando-se espaços mentais que obtêm efeitos particulares muito

---

<sup>1</sup> Departamento de Lingüística e Programa de Pós-Graduação em Letras – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP – Brasil.

significativos (desmentindo-se, então, a consideração da 'oração adverbial', simplistamente, como 'dependente' ou como 'constituente' de outra, que é o que se configura quando o que está em vista é apenas a estrutura).

É o que ocorre, por exemplo, em

*Ab, se fosse sempre assim! (FEL)*

*Ab, se eu voltasse... (BH)*

Do mesmo modo se lançam asserções para depois, em outra frase (outro ato de fala, que pode até ser de outro locutor), se colocarem, em acréscimo (como "*afterthought*", ou "adendo"), concessões, condicionamentos ou causalidades relativas a essa asserção, como em

F: Eu devo vir para São Paulo no ano que vem.

T: *Se tudo der certo, claro! (DEL)*

Mais além ainda, vai a possibilidade de determinação das opções organizacionais do falante, como se vê neste enunciado hipotético contrafactual, no qual ocorre subjuntivo na oração condicional, mas ela não tem a conjunção condicional, e vem ligada à sua 'principal' por um conectivo coordenativo:

*Tivesse eu uma igual, e juro que estava gozando a vida em Paris há muito tempo!... (OSA)*

Considerações de tal tipo apontam, mais uma vez, para a necessidade de incursão em questões como proeminência significativa, distribuição de informação e tematicidade, na avaliação do comportamento das construções com orações articuladas. O funcionalismo trouxe para a gramática questões desse tipo, por muitos consideradas à margem, a partir da consideração de que as expressões lingüísticas devem ser descritas e explicadas dentro de um quadro geral fornecido pelo sistema pragmático da interação verbal (Dik, 1989a), já que há dois sistemas de regras envolvidos na organização gramatical das línguas naturais: as regras que governam a constituição das expressões lingüísticas (regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas) e as regras que governam os padrões de interação verbal nos quais essas expressões lingüísticas são usadas (regras pragmáticas), sendo o primeiro desses dois sistemas instrumental em relação ao segundo.

Particularmente no caso de construções com orações 'adverbiais' a análise dos enunciados reais se beneficia das posições assumidas pela análise funcionalista. Mais do que no caso da relação intraproposicional que é a transitividade (caso das orações completivas), trata-se de uma relação que há de refletir as tensões que organizam dominância e recessividade no texto. Já nessa configuração, tais construções se revelam como altamente sensíveis às determinações do discurso, configurando a expressão de relações situadas acima da organização de "predicação central" (nos termos de Dik, 1989), resolvidas em estruturas de interdependência.

Como aponta Dik (1997), diferentes autores têm sugerido que as diferenças entre orações principais e orações que a tradição chama *subordinadas* podem ser caracterizadas automaticamente em termos de informação de primeiro plano (*foregrounded*) e informação de segundo plano (*backgrounded*), ou em termos de informação 'asseverada' versus informação 'pressuposta'. Isso significaria que o estatuto hierárquico (principal ou subordinada) de uma construção se correlacionaria com uma diferença na função pragmática (do discurso).

Entretanto, essa correlação não tem validade absoluta, já que, muitas vezes é a informação da oração subordinada e não a da principal que é comunicativamente a mais importante:

*Penso que o cansaço fará com que eu me acostume. (ARR)*

*Estava brincando com Mário, no meu quarto, quando Dona Leonor irrompeu bruscamente. (A)*

*Eu sinto muito que tudo isto esteja acontecendo enquanto as pessoas estão sendo ameaçadas de ser demitidas. (RE)*

Como lembra Dik (1997), qualquer correlação entre oração principal e primeiro plano e oração subordinada e segundo plano pode ser apenas de natureza estatística, e os exemplos dados mostram que o estatuto de principal ou de subordinada de uma construção não a impede de tomar estatutos pragmáticos diferentes.

A oposição entre *foregrounded* e *backgrounded* é usualmente apresentada como escalar, e não como absoluta, mas essa caracterização geral precisa ser qualificada em termos dos diferentes tipos de subordinação que se têm distinguido.

Podemos examinar separadamente as construções com orações que são argumentos e as construções com orações que são satélites adverbiais.

Quando orações subordinadas funcionam como argumentos, a informação que elas contêm pode ser ou nova ou velha. Ela pode bem conter informação que é mais importante do que a informação contida na oração principal, como em:

*Bruno disse que iria estudar a tribuna e depois veria o afresco da biblioteca. (ACM)*

Aí, a informação importante é, presumivelmente, não que Bruno disse algo, mas que ele iria fazer algo. Mesmo complementos factivos, cuja verdade é tomada como garantida, podem bem conter informação que é nova para o ouvinte, como em:

*O senhor sabe que nós gostamos demais de antiguidades. (ACM)*

Freqüentemente uma construção subordinada é encaixada sob um predicado que principalmente serve para modalizar ou mitigar a força asseverativa de seu conteúdo informativo:

*Eu acho que não há mais perigo em mexer nisso aí. (ACM)*

Não acredito que alguém seja arrastado sem perceber para um estado emocional qualquer. (CH)

*Mas duvido que sobrevivam a ela. (LC)*

Nesses casos, a predicação matriz é uma “nota de rodapé” para o conteúdo da construção subordinada, mais do que uma declaração (Dik, 1997).

Quando a construção “subordinada” funciona como satélite, é a regra, e não a exceção, que o satélite apresente a informação saliente, focal, de primeiro plano. Em geral, os satélites têm um certo grau de “focalidade intrínseca” porque, se a informação do satélite não fosse importante, não haveria porque acrescentá-lo, afinal. Compare-se, a esse respeito:

*Padre desceu de avião no Jacaré. (ARR)*

Nessa frase, *de avião* freqüentemente fornece a informação mais importante. Isso fica evidente sob negação<sup>2</sup>, como em:

*Padre não desceu de avião no Jacaré.*

que, a menos que tenha acento contrastivo de alguma espécie, será mais naturalmente interpretado como assinalando que Padre desceu no Jacaré, mas não de avião. O mesmo se aplica a satélites. Considere-se:

*João não bate na mulher porque a odeia.*

---

<sup>2</sup> No processo de negação do enunciado, como indica Leinfellner (1994), é sempre a informação mais específica que sofre o efeito da negação.

Mais uma vez, isso será mais naturalmente interpretado como assinalando que, embora João bata na mulher, isso não ocorre porque ele a odeia. Quando se diz que essa frase é ambígua, na verdade a outra leitura (que porque João odeia sua mulher ele não bate nela) só será obtida se houver uma prosódia especial, ou condições especiais pré-estabelecidas.

Dentro da gramática funcional, as escolhas que o falante faz para distribuir a informação dentro do enunciado - noções vistas em muitas outras análises como devidas a uma “perspectiva” pragmática - são entendidas como internas à gramática. Assim, noções como as de distribuição de tema e rema dentro de cada frase, têm, então, de ser avaliadas no que representam para o discurso em que aparecem.

Ora, para dizer que as acusações públicas de Nicéa Pitta ao marido foram vingança pela mágoa da separação litigiosa, o falante pode tematizar a causa dizendo “**Como Pitta moveu o processo de separação litigiosa, Nicéa se vingou fazendo as acusações.**” ou tematizar a consequência, como em “**Nicéa se vingou fazendo as acusações porque Pitta moveu o processo de separação litigiosa.**”, em ambos os casos ativando um esquema de pressuposição, e em ambos os casos reservando à causa a posição de satélite, na proposição (Dik, 1989). Ou pode, ainda, tematizar a causa, mas de modo a enfatizar o rema como consequência, como em “*Pitta moveu o processo de separação litigiosa, então Nicéa se vingou fazendo as acusações.*” “*Pitta feriu tanto Nicéa movendo o processo de separação litigiosa, que ela se vingou fazendo as acusações.*”

O “fluxo de atenção” (Chafe, 1984), por exemplo, é invocado para analisar-se a “embalagem” que o conteúdo ideacional recebe sob pressão dos aspectos cognitivos e sociais. Uma embalagem como “*O processo de separação litigiosa que Pitta moveu causou as acusações de Nicéa.*”, para o conteúdo exemplificado há pouco - embalagem na qual só ocorrem o predicador e argumentos, sem satélites (sem circunstâncias) - é adequada se, para o fluxo de informação do enunciado, é adequado esse arranjo de categorias como “tópico e comentário”, “informação dada e informação nova”, “unidades de entoação”, etc. O fluxo de informação determina tanto a ordenação linear dos sintagmas na frase como a própria escolha do arranjo da predicação a ser ordenada.

O fluxo de atenção garante a eficiência comunicativa: garante, por exemplo, o fato de, do lado do ouvinte, o sentido chegar a figura, correspondendo à intenção e à expectativa do falante quando selecionou a forma do seu enunciado.

O que se verifica, afinal, é que uma análise dos enunciados efetivos não resiste à simplificação tradicional representada na simples dicotomia entre “coordenação” e “subordinação”. A extensão vai da simples justaposição de orações relativamente independentes (especialmente das conversações), como em

*normalmente o grupo era cinco... elementos...*

*participavam dois do trabalho...*

*dois faziam o trabalho...*

*três entregavam o nome*

*e tudo e ficava nisso entende?...*

*então:... enganávamos a... nós mesmo entende?...*

*teríamos nota certo? (D2 - SP-62: 440-445)*

até frases extremamente complexas, típicas de contextos de língua escrita como:

*Se o conceito de pornografia é variável de acordo com o contexto*

*em que se insere,*

e

*se é impossível articular todas as variantes desse conceito numa única definição, torna-se ainda mais difícil e perigoso tentar demarcar rigidamente os territórios do erotismo e da pornografia. (ER)*

Uma frase complexa tem necessariamente um (ou mais) núcleos e uma (ou mais) margens (orações dependentes), variando o grau de dependência. A relevância mútua entre núcleo e margem é diferente em cada caso, e diferente é a relevância mútua entre diferentes núcleos (já não entre um núcleo e uma margem).

Frases justapostas, como

*Você não conhece Angela! Não conhece. Não pode conhecer! Só eu. (A)*

são mutuamente relevantes, mas com contornos entonacionais independentes, e com zero de hierarquização (ou dominação).

Orações independentes (paratáticas), como

*Ele chegou, brincou, um pouco, depois ficou sério e começou a perguntar. (BAL)*

são mutuamente relevantes, são ligadas por um mesmo contorno entonacional, mas, ainda, com o mínimo de hierarquização.

Já o conjunto de uma oração núcleo e uma oração tradicionalmente denominada "adverbial", como em

*Não deve ter havido nada porque seria a primeira pessoa a tomar conhecimento disto. (AMI)*

apresenta alguma hierarquia (há hipotaxe), entretanto não assentada em bases rigidamente "gramaticais". Voltando ao início de nossas reflexões, diríamos que essa hierarquia se assenta em bases preferentemente "retóricas" (Matthiessen e Thompson, 1988): um núcleo oracional se expande em outra oração que lhe confere saliência, que lhe dá "realce" (Halliday, 1985).

Por outro lado, o conjunto de uma oração núcleo e uma oração argumental, como em *Todo mundo sabe que a infelicidade tira o sono das pessoas. (AF)*

apresenta relevância altamente determinada na hierarquização estrutural.

Num enunciado como esse ( hierarquizado e encaixado), nunca poderia haver uma força ilocucionária para a subordinada independente da força da oração matriz. Esse conjunto constitui o ponto que se situa na extrema direita do contínuo de combinação de orações: trata-se de um constituinte que tem função sintática em um constituinte matriz (é argumento dele).

No conjunto de frases acima examinado está refletida uma já célebre tripartição, no contínuo:

**parataxe > hipotaxe > subordinação,**

com a seguinte conjunção de traços:

|                 |   |                 |   |                     |
|-----------------|---|-----------------|---|---------------------|
| <b>parataxe</b> | > | <b>hipotaxe</b> | > | <b>subordinação</b> |
| -dependência    |   | +dependência    |   | +dependência        |
| -encaixamento   |   | -encaixamento   |   | +encaixamento       |

(Hopper & Traugott, 1993, p. 170)

Essa organização - que integra os componentes sintático e semântico, além das relações retóricas - cruza duas tradições:

- uma mais antiga entre parataxe e hipotaxe, a partir do parâmetro ‘dependência’;
- outra mais recente (a da NGB), entre coordenação e subordinação, a partir do parâmetro ‘integração’.

Obtém-se, dos dois pares em cruzamento, uma escala tripartida, que não é simples substituição das escalas bipartidas, já que o princípio que está na base é outro, e a escala não é resolvida em termos discretos.

Assim, não apenas na linha da dependência (dependência - interdependência - independência), mas também na linha da integração gramatical (subordinação - co-subordinação - coordenação), supõe-se um contínuo, que permite investigações como:

- a) a forma de cada oração, como amostra dos graus de redução do caráter sentencial: de uma oração desenvolvida a uma nominalização (dessentencialização), passando por uma oração reduzida (Lehman, 1988);
- b) o partilhamento de categorias ( por exemplo, o partilhamento de sujeito, de tempos ou modos verbais), como evidência de entrelaçamento, ou coparticipação (Lehman, 1988).

Esta última indicação se liga à noção de representação icônica dos enunciados, pela qual se espera que conexões mais íntimas estruturalmente (reduções estruturais) correspondam a conexões semântico-pragmáticas mais íntimas:

*Ricardo bem compreendeu **que** o convite não o atingia (ALE)*

[conectivo explícito / expediente independente de marcação de ligação oracional: menor integração semântico-pragmática];

*Puig **fingiu acreditar** na imperícia do meu vaticínio. (PAO)*

[nenhuma marca explícita de ligação: maior integração semântico-pragmática].

Afinal, o terreno em que se insere a articulação das orações do tipo “adverbial” exhibe o fato de que, em toda a complexidade a que se liga a atividade de estruturação dos enunciados pelos falantes, existe uma margem muito ampla de liberdade organizacional, susceptível a múltiplas pressões ligadas à necessidade e ao desejo de sucesso na interação, o que se contrabalança, obviamente, com as restrições internas ao sistema. Fica evidente que a gramática é passível de acomodação sob pressões de ordem comunicativa, isto é, sob pressões discursivas.

A base é uma Gramática Funcional, que é uma gramática do uso lingüístico, no sentido de que ela não assume como tarefa descrever a língua enquanto sistema autônomo, e não desvincula as peças do sistema das funções que são preenchidas. A relação entre estrutura e função ficam consideradas como algo instável, que reflete o caráter dinâmico da linguagem.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHAFE, W. How People Use Adverbial Clauses. *Annual Meeting of the Berkeley Linguistic Society*, v. 10, p. 437-449, 1984.
- DIK, C. S. *The Theory of Functional Grammar*. Dordrecht-Holland/Cinnaminson-U.S.A.: Foris Publications, 1989.
- DIK, C. S. *The Theory of Functional Grammar*. Ed. by K. HENGEVELD. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997.

- HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. Baltimore: Edward Arnold, 1985.
- HOPPER, P. & TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- LEHMANN, C. Towards a Typology of Clause Linkage. In: J. HAIMAN and S. A. THOMPSON (eds.). *Clause Combining in Grammar and Discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1988.
- LEINFFELNER, E. The Broader Perspective of Negation. *Journal of Literary Semantics* 23, n.2, 1994.
- MATHIESSEN, C. and S. THOMPSON. The Structure of Discourse and "Subordination". In: J. HAIMAN and S. THOMPSON. *Clause Combining in Grammar and Discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1988, p. 275-329.
- NEVES, M. H. M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- THOMPSON, S. A. Subordination in Formal and Informal Discourse. In: D. SCHIFFRIN (ed.) *Meaning, Form, and Use in Context: Linguistic Applications*. Washington: Georgetown University Press, 1984, p. 85-95.